

95  
2



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0286576-1**

**APELANTE:** Município do Recife (Fazenda Municipal)

**APELADO:** Rosa Izumi Fukushima

**RELATOR:** Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSO VIRTUAL. DESPACHO INICIAL EXARADO EM FERIADO FORENSE. DESPACHO NULO. ART. 173 DO CPC. PRESCRIÇÃO. DESÍDIA ATRIBUÍDA À FAZENDA PÚBLICA. SENTENÇA MANTIDA. 1. Nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife. 2. Na hipótese dos autos, verificou-se que, apesar de distribuído em 26.12.2006, a Fazenda Municipal enviou o processo físico à Vara competente apenas em 20.08.2009, fazendo com que a execução ficasse paralisada por quase três anos. 3. No ponto, observou-se, por relevante, que o despacho ordinatório da citação foi exarado virtualmente em 26.12.2006, quando já em vigor a Lei Complementar 118/2005. No entanto, tal despacho padece de nulidade, posto que exarado em dia de feriado forense (art. 173 do CPC). 4. Deveras, a Fazenda exequente detinha, por convênio, a faculdade de lançar, de modo virtual, mediante oposição da assinatura digitalizada do Juízo competente, o despacho inicial determinando a citação. 5. Mas não podia lançar mão da assinatura digitalizada do Juízo em dia no qual não havia expediente forense (ocasião em que também não poderia fazê-lo o próprio magistrado). 6. Logo, se o próprio magistrado não poderia atuar no dia 26.12.2006, muito menos poderia fazê-lo a Fazenda exequente, como se o convênio tivesse o condão de derrogar as normas processuais civis de regência específica, para o fim de permitir à prática de atos processuais em dia de feriado forense. 7. Na hipótese, portanto, não se teve despacho inicial válido que pudesse interromper o fluxo do prazo prescricional, nos termos da LC 118/2005. 8. Deveras, antes do advento da LC 118/2005, a interrupção da prescrição dava-se com a citação válida do devedor. Todavia, a diretriz jurisprudencial encartada na Súmula 106 do STJ, *na prática*, levava a que se considerasse o ato em si da distribuição da ação como marco interruptivo do prazo prescricional, *desde que a demora na citação não fosse imputável ao credor*. 9. No caso, a Fazenda Municipal foi responsável pela demora verificada no período compreendido entre a distribuição e a materialização física dos autos junto à Vara competente, em 20.08.2009, o que ensejou a paralisação da execução por quase três anos. 10. Assim, decorrido o prazo prescricional de que trata o art. 174, *caput*, do CTN, em decorrência de desídia imputável à Fazenda Pública, reconheceu-se a prescrição dos créditos em tela. 11. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário, em ordem a manter a prescrição decretada em primeiro grau.

96  
2



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0286576-1, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 2 de maio de 2013 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0286576-1

APELANTE: Município do Recife (Fazenda Municipal)

APELADO: Rosa Izumi Fukushima

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **apelação cível** interposta pelo **Município do Recife** contra sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais da Comarca do Recife, nos autos da **Execução Fiscal nº 001.2006.075048-1**, que, julgando procedente o pleito objeto da exceção de pré-executividade, decretou a prescrição do crédito tributário relativo a IPTU e Taxa de Limpeza Pública, nos seguintes termos:

Pelo exposto, considerando que o despacho de recebimento da petição inicial e determinação da citação da parte executada foi gerado por um “programa aplicativo”, com chancela eletrônica, em dia declarado **FERIADO (RECESSO FORENSE)**, em desacordo com o disposto nos artigos 173 c/c 175, não havendo incidência do disposto no § 2º do art. 154, todos do Código de Processo Civil, **DECLARO NULO** o aludido despacho, inserido nos autos por meio eletrônico, nos termos do art. 245 e seus parágrafo único do CPC, e por via de consequência, **ACOLHO A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE** suscitada pelo devedor (fls. 04/13), e à luz do art. 174 do Código Tributário Nacional, c/c o art. 156, inciso V, do CTN, **DECLARO A EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIOS** representados pela CDA de fls. 03, pela ocorrência da **PRESCRIÇÃO** e, por via de consequência, **DECRETO** a extinção do presente processo de execução fiscal, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, inciso IV, do Código de Processo Civil.

Pela sucumbência, condeno o Município do Recife Exeqüente no pagamento de honorários advocatícios que fixo em R\$1.000,00 (um mil reais), considerando que a causa não envolveu grande complexidade, nos termos do § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil

Aguarde-se o prazo de interposição do recurso voluntário. Em seguida, sendo o débito tributário atualizado superior a 60 (sessenta) salários mínimos, subam os autos para reexame obrigatório (art. 475, § 2º, do CPC).

Em retrospecto, observo que, após a distribuição virtual do feito em 26.12.2006, foi determinada a citação do executado em despacho proferido às fls. 02 dos autos.

A executada opôs exceção de pré-executividade, em 14.01.2011, na qual sustenta que teria ocorrido a prescrição do crédito tributário, tendo em vista que: (i) “*não obstante o fato da prefeitura do Recife ter ajuizado a ação no ano de 2006 ATÉ A PRESENTE DATA O AUTOR NÃO TOMOU AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS NO TOCANTE AO TRAMITE PROCESSUAL REGULAR, ESTANDO O PROCESSO PARADO POR NEGLIGENCIA DO EXEQUENTE HÁ PELO MENOS QUATRO ANOS*”; (ii) “*os débitos objeto da presente ação se encontram prescritos, visto os mesmos serem referentes aos exercícios de 2003, 2004 e 2005*”; (iii) “*a mera prolação do despacho que ordena*





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

*a citação do executado não produz, por si só o efeito de interromper a prescrição”; (iv) “a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva”; requerendo, ao final, a concessão de tutela antecipada para suspender a execução fiscal em curso.*

O Juízo *a quo* deferiu a liminar requerida em 21.02.2011 (despacho às fls. 26/27), ao tempo em que determinou vistas à Fazenda Pública exequente para que a mesma falasse sobre a exceção de pré-executividade.

Contra tal liminar o Município exequente interpôs agravo de instrumento (cf. petição de fls. 29/45), cuja decisão transitou em julgado em 02.10.2012, sendo os autos remetidos ao Juízo de origem em 23.10.2012.

Na seqüência, em resposta ao despacho de fls. 26/27, a exequente interpôs petição, em 10.03.2011, juntada às fls. 46/49, argumentando que: (i) “A Lei Complementar 118, de 9 de fevereiro de 2005, alterou o art. 174 do CTN, para atribuir – como já era anteriormente positivado na Lei nº 6830/80 – ao despacho do Juiz que ordenar a citação, o efeito interruptivo da prescrição”; (ii) “o despacho inicial de citação datou de 26.12.2006”, interrompendo o decurso do prazo prescricional; (iii) a prescrição só ocorre quando, do prazo de suspensão, “o feito permanecer paralisado por mais de cinco anos por culpa do exequente”, o que “não é o caso”.

Requeru, ao final, a penhora *on line* de valores suficientes à satisfação do crédito tributário, bem como a expedição de ofício à Receita Federal, com o intuito de obter as últimas 05 declarações de renda do executado.

A Secretaria da Vara informou (certidão às fls. 50) que “a presente Execução Fiscal foi distribuída na forma virtual em 26/12/2006, permanecendo na Procuradoria da Fazenda Municipal” até 20.08.2009, quando foi enviado a 2ª Vara das Execuções Fiscais Municipais da Capital.

Ato contínuo, em 14.08.2012, foi proferida sentença reconhecendo a prescrição intercorrente.

O Município do Recife interpôs recurso de apelação (fls. 57/63), pugnando pela reforma da sentença, alegando, em suma, que: (i) “a execução fiscal em tela (...) foi distribuída, tempestivamente, em 26 de dezembro de 2006, com requerimento de citação do Executado, despachado pelo Douto Magistrado na própria inicial, na mesma data”; (ii) a prescrição se interrompe “pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal” (LC 118/2005); (iii) a demora na materialização dos autos judiciais “não influencia na contagem do prazo prescricional. Tampouco, tal fato mostra desídia desta fazenda pública”; (iv) a demora na citação se deu por mecanismos inerentes à Justiça (Súmula 106 do STJ).

Em contra-razões às fls. 68/81, protocolada em 26.09.2012, pugnou a executada pela manutenção da sentença, argumentando, que: (i) o despacho inicial “se deu no dia 26 de dezembro de 2006, FERIADO FORENSE, data esta que não havia expediente forense e tampouco a matéria deste processo poderia ser processada no plantão judiciário”, concluindo que o despacho inicial citatório “não tem eficácia”; (ii) o exequente distribuiu a ação “em dia declarado recesso forense 26/12/2006 e



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

*materializou este processo somente em 20/08/2009, ou seja, depois de quase três anos”; (iii) “A jurisprudência vem se consolidando no sentido de não conhecer o apelo interposto quando o mesmo não é assinado pelo procurador da parte”.*

É o relatório. Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 17 de abril de 2013.  
  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0286576-1  
APELANTE: Município do Recife (Fazenda Municipal)  
APELADO: Rosa Izumi Fukushima  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

De proêmio, observo que o recurso de apelação em tela foi subscrito pelo Procurador do Município em sua folha de rosto (fl. 57), estando as demais páginas rubricadas pelo referido procurador o que, por si só, afasta a alegação de que o recurso de apelação não deve ser conhecido "*quando o mesmo não é assinado pelo procurador da parte*".

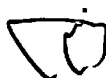
Deveras, a necessidade de assinatura na última página, nesse caso, configura excesso de formalismo, não caracterizando vício formal capaz de obstar o regular processamento da apelação em lume.

Neste sentido, jurisprudência do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONVERSÃO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PETIÇÃO DO APELO ESPECIAL DEVIDAMENTE ASSINADA POR ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS.

1. Não é viável, em regra, a interposição de agravo interno contra decisão que determina a conversão do agravo de instrumento em recurso especial ou que determina a subida deste ao eg. Superior Tribunal de Justiça.
2. Contudo, em hipóteses excepcionais, a jurisprudência desta Corte Superior tem admitido a interposição de agravo interno contra essas decisões, desde que flagrante a falta de um dos requisitos formais de admissibilidade do agravo de instrumento.
3. Na hipótese em exame, não está caracterizado o vício suscitado nas razões de agravo regimental, a folha de rosto da petição de recurso especial está rubricada - do mesmo modo que as demais folhas do petitório - e a página final, na qual consta o pedido recursal (fl. 76), está devidamente subscrita por advogado habilitado nos autos, cujo instrumento procuratório encontra-se acostado às fls. 23/24. Não há, assim, falar em ausência de subscrição da petição ou de outro vício formal, capaz de inviabilizar a conversão do agravo de instrumento em recurso especial, conforme autorizado pela segunda parte do § 3º do art. 544 do Estatuto Processual Civil.
4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 1271096 / BA. Min. Raul Araújo. Quarta Turma. DJe 17/02/2011) (grifos nossos)

Passando ao exame do mérito, observo que, no incidente de pré-executividade, a executada alegou a ocorrência da prescrição intercorrente, em virtude de a Procuradoria Municipal ter ficado com os autos paralisados por três anos, sem que fossem promovidos os atos processuais necessários ao seu regular processamento e, ainda, a nulidade do despacho inicial (que interromperia a contagem do prazo





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

prescricional) uma vez que exarado virtualmente em dia de recesso forense (26.12.2006).

Registro que os créditos tributários em exame foram constituídos, mediante lançamento de ofício, nos anos de 2003, 2004 e 2005 e a ação iniciada virtualmente no ano de 2006.

Interposto o incidente em 14.01.2011, e apresentando a exeqüente impugnação em 10.03.2011, o Juiz *a quo* proferiu o ato sentencial reconhecendo a prescrição do crédito tributário, em 14.08.2012.

Pois bem.

Nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife.

Ou seja, ao Município exeqüente (e principal interessado no feito) cabe, após realizar a distribuição eletrônica e expedir o mandado de citação, imprimir as peças processuais e enviar os autos "físicos" à vara competente.

Na hipótese dos autos, verifica-se que, apesar de distribuído em 26.12.2006, a Fazenda Municipal apenas enviou o processo físico à Vara competente em 20.08.2009 (certidão às fls. 50), fazendo com que a execução ficasse paralisada por quase três anos.

Observo, por relevante, que o despacho ordinatório da citação foi exarado virtualmente em 26.12.2006, quando já em vigor a Lei Complementar 118/2005.

No entanto, tal despacho é nulo, posto que exarado em dia de feriado forense (art. 173 do CPC).

Deveras, a Fazenda exeqüente detinha, por convênio, a faculdade de lançar, de modo virtual, mediante aposição da assinatura digitalizada do Juízo competente, o despacho inicial determinando a citação.

Mas não podia lançar mão da assinatura digitalizada do Juízo em dia no qual não havia expediente forense (ocasião em que também não poderia fazê-lo o próprio magistrado).

Logo, se o próprio magistrado não poderia atuar no dia 26.12.2006, muito menos poderia fazê-lo a Fazenda exeqüente, como se o convênio tivesse o condão de derrogar as normas processuais civis de regência específica, para o fim de permitir à Fazenda a prática de atos processuais em dia de feriado forense.

Na hipótese, portanto, não se tem despacho inicial válido que pudesse interromper o fluxo do prazo prescricional, nos termos da LC 118/2005.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

E, antes do advento da LC 118/2005, a interrupção da prescrição dava-se com a citação válida do devedor.

Todavia, a diretriz jurisprudencial encartada na Súmula 106 do STJ *na prática* levava a que se considerasse o ato em si da distribuição da ação como marco interruptivo do prazo prescricional, *desde que a demora na citação não fosse imputável ao credor*.

No caso, a Fazenda Municipal é responsável pela demora verificada no período compreendido entre a distribuição e a materialização física dos autos junto à Vara competente, em 20.08.2009 (certidão às fls. 50), o que ensejou a paralisação da execução por quase três anos.

Nesse período, é fora de dúvida a responsabilidade exclusiva da Fazenda para com a demora na tramitação do feito.

Assim, decorrido o prazo prescricional de que trata o art. 174, *caput*, do CTN, em decorrência de desídia imputável à Fazenda Pública, é de se reconhecer a prescrição dos créditos em tela.

Ante o exposto, **nego provimento ao reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário, em ordem a manter a prescrição decretada em primeiro grau.

É como voto.

Recife, 2 de maio de 2013.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator